

PROVEDOR DA SANTA CASA AINDA NÃO TEM PRAZO PARA TOMADA DE DECISÃO

1º Cartório Notarial poderá dar lugar a banco

O espaço actualmente ocupado pelo 1º Cartório Notarial poderá ser ocupado por um dos principais bancos de Macau, após o fim do arrendamento ao Governo no final do ano. Na decisão entre a instituição bancária e o espaço comercial proposto por um empresário local pesará tanto o valor da renda como a manutenção da integridade do edifício

■ Inês Almeida

Depois de ter referido recentemente uma proposta de um empresário local interessado na utilização do espaço actualmente ocupado pelo 1º Cartório Notarial, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia foi novamente abordado, desta vez por uma instituição bancária, cujo nome se escusou a revelar.

“Recebemos outra proposta de um banco e não é qualquer um. É um dos principais bancos locais. Vamos optar entre esta e a proposta do empresário, mas gostaríamos que fosse o banco a ocupar o espaço, independentemente da renda”, adiantou António José de Freitas em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU.

Na decisão vão pesar vários factores. “Para a Santa Casa naturalmente uma maior receita interessa mais, mas acima de tudo respeitamos o edifício que é nosso. O interesse máximo é manter a dignidade do edifício, independentemente da renda”,



Governo terá de pagar a renda do Cartório até ao final do ano

frisou o Provedor.

Apesar de mostrar ter preferência pela instituição bancária, mantêm-se as negociações com o empresário local que pretende abrir um espaço comercial. “Ainda estamos em negociações até por causa daquilo que o Secretário disse à imprensa sobre o monumento estar integrado no Centro Histórico, pelo que não convinha ser usado para fins comerciais”.

“Isto naturalmente cria uma certa apreensão para as

pessoas que estão ou estavam interessadas. Isto ainda está a ser negociado. Como se trata de uma renda elevada, requer ponderação por parte de quem está interessado, mas o empresário continua a mostrar interesse”, assegurou António José de Freitas.

Ainda assim, ressalva o responsável da Santa Casa, “ainda estamos em Julho” e “demora cinco meses até o Governo devolver o espaço”. “Nos termos contratuais, vão ter de pagar a

renda até ao final do ano, mesmo que saiam antes, mas penso que vão sair em cima da hora, até porque a Secretária Sónia Chan declarou que vai ser feita uma mudança programada de modo a não afectar o serviço”, referiu o Provedor.

António José de Freitas indicou ainda que não foi contactado pelo Executivo. “Ninguém entrou em contacto comigo e seria muito esquisito o Provedor ir tentar contactar o Governo. Se o Governo tiver

interesse em utilizar o espaço para outra coisa que não o 1º Cartório Notarial, entrará em contacto connosco”.

Considerando que a falta de acção por parte do Executivo denota falta de “interesse”, o Provedor voltou a salientar o facto de o Governo continuar “a arrendar espaços noutras sítios como edifícios comerciais, para utilização de outros serviços públicos”.

O silêncio continua também a ser a resposta do Executivo no que respeita à criação da Casa-Museu Macaense. “Não houve nenhum sinal de diálogo até agora. Já não quero e eu estou farto de me aborrecer. O Provedor nunca foi uma pessoa polémica e não está cá propriamente há um ano. Estou desde o primeiro dia da RAEM. A instituição sempre teve um óptimo relacionamento com o Governo mas isto que está a acontecer é triste por vários motivos e abre uma pequena brecha em termos do relacionamento institucional”, lamentou António José de Freitas.